**EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: ESTRATÉGIAS PARA COMBATER A DISCRIMINAÇÃO SEXUAL**

Isabelle de Souza Machado 1

Graduada em Odontologia, Nova Iguaçu, UNIG , dentistaisabelle@gmail.com

Neusa Terezinha Alves Bento 2

Mestrado em Educação, UFFS- Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó, Chapecó - Santa Catarina, bentoneusapaz@gmail.com

Xênia Maria Fideles Leite de Oliveira 3

Enfermeira, Faculdade Santa Maria (FSM), Cajazeiras - Paraíba, xeniamariaita@hotmail.com

Maria Luísa Martins Leal 4

 Graduanda em Enfermagem, Universidade Paulista, Teresina - Piauí, mariapluisa93@gmail.com

Vanessa de Souza Ribeiro 5

Graduanda em Enfermagem, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, vane.sribeiro19@gmail.com

Josiany Miranda Rabelo Reis 6

Enfermeira, Universidade da Amazônia (UNAMA), Ananindeua - Pará, josianyrabeloreis@gmail.com

Ananda Silva Carvalho 7

Enfermeira, Centro Universitário Santo Agostinho, Teresina - Piauí, anandascarvallho@gmail.com

Beatriz Pereira 8

Enfermeira, Faculdade de Ciências e Educação Sena Aires, Valparaíso de Goiás - Goiás, pbeatriz022@gmail.com

Suellen Caldeira Santos Lima 9

Graduanda em Enfermagem, Faculdades Pequeno Príncipe, Curitiba - Paraná, caldeira.limma@gmail.com

Pedro Vítor Carvalho Arruda Barreto 10

Pós graduação em Fisioterapia do Trabalho e Ergonomia, Faculdade Unyleya, Sobral - Ceará, pedrovitorcab@gmail.com

Leyliane Diógenes Magalhães 11

Fisioterapeuta, Pós Graduação em Fisioterapia Intensiva Adulto, Pós Graduação em Fisioterapia Cardiorrespiratória, FATECI, Sobral- Ceará, leylianediogenes@hotmail.com

**RESUMO:** A discriminação sexual é um problema persistente e multifacetado que impacta diversas áreas da vida, como trabalho, educação e vida social. Envolve o tratamento desigual baseado em gênero, identidade de gênero ou orientação sexual, manifestando-se através da misoginia, machismo e homofobia. Este estudo descritivo com abordagem qualitativa realizou uma revisão integrativa da literatura, utilizando o sistema da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) do Ministério da Saúde. Foram selecionadas bases de dados como MEDLINE, LILACS e Scielo, e os descritores utilizados incluíram Atenção Primária à Saúde, Educação Interprofissional e Sexismo. A educação interprofissional (EIP) é identificada como uma abordagem pedagógica crucial para promover a colaboração entre diferentes profissões de saúde. Sua implementação na atenção primária à saúde é essencial para enfrentar desafios, incluindo a discriminação sexual, que afeta ambos pacientes e profissionais de saúde. Conclui-se que a EIP é uma ferramenta poderosa na luta contra a discriminação sexual, promovendo empatia e cooperação entre várias áreas do conhecimento. Isso contribui para a construção de um sistema de saúde mais justo e equitativo. Mediante as análises realizadas, pode-se concluir a extrema importância da educação interprofissional na atenção primária à saúde emerge como uma abordagem fundamental para combater a discriminação sexual. As iniciativas descritas demonstraram que, ao trabalhar de maneira integrada, equipes de saúde conseguem desenvolver uma cultura organizacional mais inclusiva. É crucial, porém, que essas estratégias sejam sustentadas por políticas públicas consistentes e pela atribuição de recursos adequados, inclusive para a formação contínua dos profissionais em serviço. Conclui-se, portanto, que a educação interprofissional é uma ferramenta poderosa na luta contra a discriminação sexual na atenção primária à saúde.

**Palavras-Chave:** Atenção Primária à Saúde, Educação Interprofissional, Sexismo.

**E-mail do autor principal:**

**1. INTRODUÇÃO**

A discriminação sexual é um problema persistente e multifacetado que afeta indivíduos em várias esferas da vida, incluindo o ambiente de trabalho, a educação e a vida social. Esse tipo de discriminação envolve o tratamento desigual de uma pessoa com base em seu gênero, identidade de gênero ou orientação sexual. A misoginia, o machismo e a homofobia são algumas das manifestações mais comuns dessa discriminação. (DE SOUSA ZARIFE; RIBEIRO, 2023)

No ambiente de trabalho, as mulheres frequentemente enfrentam discriminação em termos de salários mais baixos, menos oportunidades de crescimento e assédio. A disparidade salarial entre homens e mulheres, conhecida como “gender pay gap”, é uma prova disso. Além disso, preconceitos implícitos e estereótipos de gênero limitam as oportunidades das mulheres, afetando sua capacidade de alcançar posições de liderança e cargos bem remunerados. (LEIVAS, 2023)

A discriminação sexual também se manifesta na educação. Desde cedo, meninas e meninos são direcionados para áreas de estudo que correspondem aos estereótipos de gênero. Isso perpetua a ideia de que certas profissões são “apropriadas” para um gênero específico, limitando as oportunidades e afetando o desenvolvimento de talentos e habilidades. (BRAGA, 2023)

As pessoas LGBTQ+ enfrentam um conjunto único de desafios relacionados à discriminação sexual. A homofobia e a transfobia contribuem para o isolamento social, dificuldades no ambiente escolar e discriminação no local de trabalho. A falta de reconhecimento legal e a limitação de direitos civis são barreiras adicionais que essa comunidade enfrenta. (BIDARTE; LUCAS; RODRIGUES, 2023)

Trabalhar para eliminar a discriminação sexual requer um esforço conjunto de governos, organizações, empresas e indivíduos. Medidas como a implementação de políticas de igualdade de gênero, programas de conscientização e a promoção de uma cultura de inclusão são passos importantes nesse caminho. Educar as pessoas sobre a importância do respeito e da igualdade pode ajudar a desconstruir estereótipos e promover um ambiente mais justo e inclusivo. (VASCONCELOS, 2019)

Por fim, é fundamental reconhecer que a discriminação sexual não afeta apenas os indivíduos diretamente envolvidos, mas também a sociedade como um todo. O progresso em direção à igualdade de gênero e ao respeito pela diversidade sexual beneficia todos, promovendo um ambiente social e econômico mais justo e sustentável. A luta contra a discriminação sexual é, portanto, uma responsabilidade coletiva que exige compromisso e ação contínua. (RYGELBLUM *et al.,* 2019)

**2. METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com carácter de estudo descritivo e abordagem qualitativa, em que foi realizada buscas no sistema da Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde (BVS), na qual foram selecionadas as seguintes bases de dados: Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e o *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*. Assim, destaca-se que durante as pesquisas realizadas, foram utilizados os vigentes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Atenção Primária à Saúde, Educação Interprofissional, Sexismo.

Da mesma forma, salienta- se que os critérios de inclusão adotados durante as pesquisas foram: artigos completos, disponíveis na íntegra, provindos do idioma português, inglês e espanhol, que tivessem conexão com a temática abordada e produzidos nos períodos de 2018 a 2023. Enquanto isso, os critérios de exclusão empregados foram os artigos incompletos, sem conexão com a temática e que não atendiam a linha temporal exigida.

Com base nisso, destaca-se que para a construção do trabalho foi necessário adotar a estruturação focada em 8 etapas dispostas da seguinte forma: 1) Definição da temática, 2) Elaboração da pergunta norteadora, 3) Definição dos critérios de inclusão e exclusão para o direcionamento das pesquisas a serem realizadas, 4) Definição das bases de dados, para a efetivação das buscas científicas, 5) Seleção dos artigos que se enquadravam no tema, 6) Análise dos estudos na etapa qualitativa final, 7) Interpretação dos dados obtidos e 8) Exposição da abordagem da temática.

Salienta-se que, mediante a estratégia metodológica aplicada, dispensou-se a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), visto que foram priorizados dados secundários, ou seja, provindos de estudos coletados e averiguados por outra pessoa através de um processo de investigação apropriado.

Desse modo, inicialmente foram encontrados 167 resultados, sem o adicionamento dos filtros. Todavia, posteriormente a aplicação dos parâmetros inclusivos, o número de achados reduziu-se para 13 estudos, e destes, foram lidos os seus títulos resultantes das bases de dados e excluídos os que não condiziam com a temática, restando apenas 07 artigos para a amostra na síntese qualitativa final.

**3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A educação interprofissional (EIP) é uma abordagem pedagógica crucial para promover a colaboração efetiva entre diferentes profissões de saúde. Sua implementação na atenção primária à saúde é fundamental para enfrentar diversos desafios, incluindo a discriminação sexual. Esta discriminação é um problema persistente que afeta tanto os pacientes quanto os profissionais de saúde. A EIP pode ser uma estratégia eficaz para combater essa discriminação por meio da promoção de um ambiente de respeito mútuo e compreensão das diversas perspectivas e experiências. (LEIVAS, 2023)

Na atenção primária à saúde, profissionais de diferentes áreas, como medicina, enfermagem, psicologia, serviço social e farmácia, trabalham juntos para oferecer cuidados centrados no paciente. Através da EIP, esses profissionais recebem treinamento conjunto, o que facilita a comunicação e a cooperação entre eles. Esse aprendizado colaborativo permite que os profissionais reconheçam e valorizem as habilidades uns dos outros, reduzindo estereótipos e preconceitos, incluindo aqueles relacionados ao gênero e à orientação sexual. (BRAGA, 2023)

Uma das estratégias para combater a discriminação sexual por meio da EIP é a inclusão de módulos específicos sobre diversidade e equidade em saúde nos currículos de formação. Esses módulos devem abordar questões como identidade de gênero, orientação sexual e os impactos da discriminação na saúde dos indivíduos. A sensibilização para essas questões torna os profissionais mais empáticos e capacitados para oferecer um cuidado inclusivo e não discriminatório. (DE SOUSA ZARIFE; RIBEIRO, 2023)

Além disso, simuladores e estudos de caso que envolvem situações relacionadas à discriminação sexual podem ser ferramentas eficazes para promover a reflexão e o desenvolvimento de habilidades práticas. Esses métodos educativos ajudam os profissionais a vivenciarem situações reais e a desenvolverem estratégias para lidar com elas de forma adequada, buscando sempre o respeito e a inclusão. (VASCONCELOS, 2019)

Outra estratégia é promover grupos de discussão e workshops interprofissionais focados em temas de diversidade e equidade, incentivando o diálogo aberto e a troca de experiências entre os profissionais. Isso cria um ambiente de aprendizagem contínua e apoio mútuo, reforçando a importância da luta contra a discriminação sexual. (RYGELBLUM *et al.,* 2019)

Por fim, o apoio institucional é vital para a implementação bem-sucedida da EIP e das estratégias mencionadas. Políticas claras e comprometidas com a diversidade e a equidade devem ser estabelecidas, juntamente com a formação contínua dos profissionais. Esse apoio garante que a EIP seja integrada de forma sustentável na rotina da atenção primária à saúde, promovendo um cuidado mais inclusivo e justo para todos. (SILVA; ALMEIDA, 2019)

A educação interprofissional, portanto, é uma poderosa aliada na luta contra a discriminação sexual na atenção primária à saúde, contribuindo para a formação de equipes mais preparadas e sensíveis às necessidades de todos os pacientes. (BIDARTE; LUCAS; RODRIGUES, 2023)

**4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mediante as análises realizadas, pode-se concluir a extrema importância da educação interprofissional na atenção primária à saúde emerge como uma abordagem fundamental para combater a discriminação sexual. Este estudo mostrou que estratégias educativas colaborativas e integradas entre diversas profissões de saúde podem promover uma compreensão mais profunda e o respeito pela diversidade sexual. A implementação de programas de educação interprofissional facilita a troca de conhecimentos e experiências, contribuindo para a formação de profissionais mais sensíveis e preparados para lidar com questões de discriminação sexual.

As iniciativas descritas demonstraram que, ao trabalhar de maneira integrada, equipes de saúde conseguem desenvolver uma cultura organizacional mais inclusiva. Isso, por sua vez, reflete-se na melhora da qualidade do atendimento oferecido aos usuários do sistema de saúde, independentemente de sua orientação sexual.

A inclusão de módulos específicos sobre diversidade sexual e direitos humanos nos currículos de formação e capacitação contínua dos profissionais de saúde mostrou-se eficaz na redução de atitudes preconceituosas e na promoção de um ambiente de trabalho mais acolhedor e respeitoso.

Além disso, a criação de espaços de diálogo e reflexão, bem como a prática de metodologias ativas de ensino, como simulações e discussões de casos reais, potencializa o aprendizado colaborativo e fortalece as competências interprofissionais. Esses métodos não só ampliam os horizontes dos profissionais no que diz respeito ao cuidado em saúde, mas também incentivam a adoção de práticas mais equitativas e justas.

É crucial, porém, que essas estratégias sejam sustentadas por políticas públicas consistentes e pela atribuição de recursos adequados, inclusive para a formação contínua dos profissionais em serviço. A colaboração entre instituições de ensino, organizações da sociedade civil e gestores de saúde é essencial para manter a coerência e a eficácia das ações adotadas.

Conclui-se, portanto, que a educação interprofissional é uma ferramenta poderosa na luta contra a discriminação sexual na atenção primária à saúde. Ao fomentar a empatia e a cooperação entre diversas áreas do conhecimento, contribui-se para a construção de um sistema de saúde mais justo e equitativo. Futuras pesquisas devem continuar explorando formas eficazes de integrar essas estratégias e avaliar seu impacto a longo prazo, garantindo que todos os usuários do sistema de saúde recebam um atendimento baseado em respeito e dignidade.

**REFERÊNCIAS**

BIDARTE, M. V. D; LUCAS, G. S; RODRIGUES, M. B. Travestisand Transsexuals in the|FantásticoSpecial Report: Male Prison Units are not the “Show of Life”. Organizações & Sociedade [online]. 2023, v. 30, n. 104. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-92302023v30n0002EN>. Epub 10 Feb 2023. ISSN 1984-9230. Acesso em: 23 de junho de 2024.

BRAGA, L. S. et al. Discriminação percebida por adultos mais velhos no uso de serviços de saúde: uma revisão integrativa. Ciência & Saúde Coletiva [online]. V. 28, n. 01, pp. 155-169. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023281.08662022>. ISSN 1678-4561. Acesso em: 17 de julho de 2024.

DE SOUSA ZARIFE, P; RIBEIRO, C. Adaptação e evidências de validade da Escala de Experiências de Microagressões LGBT no Trabalho para o Brasil. Cienc. Psicol., Montevideo, v. 17, n. 2, e3053, dic. 2023. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-42212023000201216&lng=es&nrm=iso>. Epub 01-Dic-2023. Acesso em: 12 de julho de 2024.

LEIVAS, P. G. C. et al. Intersexualidade e o tensionamento do critério proibido de discriminação sexo. Revista Direito e Práxis [online]. 2023, v. 14, n. 03, pp. 2057-2079. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2023/76190>. Epub 13 Out 2023. ISSN 2179-8966. Acesso em: 13 de junho de 2024.

RYGELBLUM, M. et al. Violence, discrimination, and sexual health practices among adolescent men who have sex with men, transgender women and travestis in three cities in Brazil. Cadernos de Saúde Pública [online]. V. 39, n. Suppl 1. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XEN142922>. ISSN 1678-4464. Acesso em: 22 de junho de 2024.

SILVA, D. M; ALMEIDA, D. H. O olhar da enfermagem no contexto do atendimento à saúde da população LGBTQIA+. Saúde em Debate [online]. v. 47, n. spe. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2358-28982023E19071P>. ISSN 2358-2898. Acesso em: 26 de junho de 2024.

VASCONCELOS, N. M. et al. Violence Against LGB+ people in Brazil: analysis of the 2019 National Survey of Health. Revista Brasileira de Epidemiologia [online]. v. 26, n. Suppl 1. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720230005.supl.1>. ISSN 1980-5497. Acesso em: 19 de junho de 2024.